



**BRAVA ENERGIA S.A.**

*Companhia Aberta*

CNPJ/MF nº 12.091.809/0001-55

NIRE 33.300.294.597 | Código CVM nº 02529-1

**ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA  
REALIZADA EM SEGUNDA CONVOCAÇÃO EM 10 DE JULHO DE 2025**

- 1. DATA, HORA E LOCAL:** 10 de julho de 2025, às 10:00 horas, por meio da plataforma eletrônica “Ten Meetings”, conforme disposto no artigo 124, § 2º-A, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada (“Lei das S.A.”) e na Resolução CVM nº 81, de 29 de março de 2022, conforme alterada (“Resolução CVM 81/22”), tendo sido considerada realizada na sede social da **BRAVA ENERGIA S.A.**, na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Praia de Botafogo, nº 186, salas 1401 e 1501, Botafogo, CEP 22250-145 (“Companhia”), nos termos do artigo 5º, § 3º da Resolução CVM 81/22.
- 2. CONVOCAÇÃO:** O edital de segunda convocação foi publicado na forma dos artigos 124 e 289 da Lei das S.A., no jornal “Diário Comercial”, nas edições dos dias 28, 29 e 30 de junho, 01 de julho e 02 de julho de 2025, nas páginas 1, 1 e 1 da versão eletrônica, e nas páginas B2, B4 e B2, da versão impressa, respectivamente.
- 3. PRESENÇA:** Presentes acionistas titulares de 280.853.101 (duzentas e oitenta milhões, oitocentas e cinquenta e três mil, cento e uma) ações ordinárias de emissão da Companhia, representando aproximadamente 60,51% (sessenta inteiros e cinquenta e um centésimos por cento) do capital social com direito a voto da Companhia, conforme (i) registro de presença em sistema eletrônico de participação, nos termos do artigo 47, inciso III, da Resolução CVM 81/22; e (ii) Boletins de Voto a Distância recebidos nos termos do artigo 47, inciso II, da Resolução CVM 81/22.
- 4. MESA:** Nos termos do artigo 9º do Estatuto Social da Companhia, o Sr. Harley Lorentz Scardoelli, na qualidade de Presidente do Conselho de Administração da Companhia, assumiu os trabalhos como presidente da mesa desta Assembleia Geral Extraordinária, e nomeou a Sra. Carolina Canal Gonçalves Kestelman como secretária da mesa.
- 5. PUBLICAÇÕES E DIVULGAÇÃO:** Os documentos pertinentes aos assuntos integrantes da ordem do dia, incluindo a proposta da administração para essa Assembleia Geral, foram colocados à disposição dos acionistas na sede da Companhia e

tempestivamente divulgados nas páginas eletrônicas da CVM, da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão e da Companhia, nos termos da Lei das S.A. e da regulamentação da CVM aplicável.

**6. ORDEM DO DIA:** Examinar, discutir e votar a respeito da seguinte ordem do dia:  
**(i)** deliberar sobre proposta de exclusão dos artigos 40, 41, 42 e 48 do Estatuto Social da Companhia apresentada por acionista da Companhia, por meio da carta enviada em 27 de maio de 2025, a fim de retirar a previsão da obrigatoriedade de realização de oferta pública de aquisição de ações em caso de aquisição de participação relevante, e, consequentemente, a consolidação do Estatuto Social para refletir tal reforma.

**7. DELIBERAÇÕES:** Após o exame e discussão das matérias constantes da ordem do dia, os acionistas presentes deliberaram o quanto segue.

**7.1.** Aprovar, por unanimidade dos votos proferidos pelos acionistas presentes na Assembleia, a dispensa da leitura da ordem do dia da Assembleia, cujo texto foi objeto de publicação na forma da Lei das S.A. Além disso, não houve solicitação de leitura do mapa de votação sintético consolidado, que se encontra disponível para consulta na forma do parágrafo único do artigo 46-C da Resolução CVM nº 81/22;

**7.2.** Aprovar, por unanimidade dos votos proferidos pelos acionistas presentes na Assembleia, a lavratura da ata desta assembleia na forma de sumário contendo transcrição apenas das deliberações tomadas, conforme dispõe o art. 130, §1º, da Lei das S.A., e sua publicação com a omissão das assinaturas dos acionistas presentes na forma do § 2º do mesmo artigo da Lei das S.A.;

**7.3.** Aprovar, por maioria absoluta dos votos proferidos, conforme mapa de votação anexo (**Anexo I**), a proposta de exclusão dos artigos 40, 41, 42 e 48 do Estatuto Social da Companhia apresentada por acionista da Companhia, por meio da carta enviada em 27 de maio de 2025, a fim de retirar a previsão da obrigatoriedade de realização de oferta pública de aquisição de ações em caso de aquisição de participação relevante, e, consequentemente, a consolidação do Estatuto Social para refletir tal reforma.

**7.3.1.** Tendo em vista a aprovação desta deliberação, os artigos 40, 41, 42 e 48 do Estatuto Social da Companhia serão excluídos, de forma que o Estatuto Social passará a ter a redação constante do **Anexo II**.



**8. ENCERRAMENTO:** Não havendo nada mais a tratar, o presidente encerrou a Assembleia e suspendeu os trabalhos para a lavratura da presente ata, que foi lida e achada conforme por todos os presentes.

Rio de Janeiro, 10 de julho de 2025.

---

**Harley Lorentz Scardoelli**  
Presidente da Mesa

---

**Carolina Canal Gonçalves Kestelman**  
Secretária



## **LISTA DE ACIONISTAS PRESENTES**

### **Acionistas presentes via Plataforma Digital**

LUCAS KRUMMENAUER, ELIAS DE SOUZA, MAX EMILIANO OLIVEIRA REIS, LINCOLN RUMENOS GUARDADO, JOEL JOSÉ RAFALOSKI, JOSETE OLIVEIRA REIS, ODECIO CURCI NETO, ORLANDO MAGNER PEREIRA

Representados por Flávia Ramos Galvão:

QUANTUM FUNDO DE INVESTIMENTO EM AÇÕES

Representados por Karina Francisca de Andrade:

ITAÚ INDEX AÇÕES IBOVESPA FI, ITAU CAIXA ACOES FI, ITAU IBOVESPA ATIVO MASTER FIA, WM SMALL CAP FUNDO DE INVESTIMENTO EM AÇÕES, ITAÚ GOVERNANÇA CORPORATIVA AÇÕES FUNDO DE INVESTIMENTO SUSTENTÁVEL, ITAU INDEX ACOES IBRX FI, ITAÚ PREVIDÊNCIA IBRX FIA, IT NOW IBOVESPA FUNDO DE ÍNDICE, IT NOW PIBB IBRX-50 FUNDO DE ÍNDICE, MONEDA LUXEMBOURG SICAV - LATIN AMERICA SMALL CAP FUND, ITAÚ IBRX ATIVO MASTER FIA, IT NOW IBOVESPA B3 BR+ FUNDO DE ÍNDICE RESPONSABILIDADE LIMITADA, ITAÚ QUANTAMENTAL GEMS MASTER AÇÕES FUNDO DE INVESTIMENTO, ITAU SMALL CAP MASTER FUNDO DE INVESTIMENTO EM ACOES, IT NOW IGCT FUNDO DE INDICE, IT NOW SMALL CAP FUNDO DE INDICE

Representados por Odecio Curci Neto:

FERNANDA JOHANNPETER, JOÃO CAMPOS JOHANNPETER, EDELSTEIN FUNDO DE INVESTIMENTO EM AÇÕES INVESTIMENTO NO EXTERIOR, EISEN IV FUNDO DE INVESTIMENTO MULTIMERCADO CRÉDITO PRIVADO INVESTIMENTO NO EXTERIOR, ESMERALDA FUNDO DE INVESTIMENTO EM AÇÕES INVESTIMENTO NO EXTERIOR, KARBEN FUNDO DE INVESTIMENTO MULTIMERCADO CRÉDITO PRIVADO INVESTIMENTO NO EXTERIOR, KLADEN FUNDO DE INVESTIMENTO EM AÇÕES INVESTIMENTO NO EXTERIOR

Representados por Gustavo Augusto Vasconcelos Biava:

PRINTEMPS FUNDO DE INVESTIMENTO EM AÇÕES - INVESTIMENTO NO EXTERIOR RESPONSABILIDADE LIMITADA

Representados por Amilcar Bastos Falcão:

SOMAH INVESTIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A.

Representados por Ralff Barilli:

JCI II – FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS RESPONSABILIDADE LIMITADA, JCI IV A – FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS, JIVE III



FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES MULTISTRATÉGIA INVESTIMENTO NO EXTERIOR, RUMBA FUNDO DE INVESTIMENTO FINANCEIRO MULTIMERCADO CRÉDITO PRIVADO RESPONSABILIDADE LIMITADA

Representados por Giovane Guerreschi e Andreia Caetano Felix da Cruz:  
BANCO BRADESCO S.A.

Representados por Christian Caradonna Keleti:  
ALPHA KEY PREV FIA 100 FIFE, ALPHA KEY LONG SHORT MASTER FIM, ALPHA KEY ACOES MASTER FI, ALPHA KEY LONG SHORT PLUS FIA, ALPHA KEY PREV 100 XP SEG FIA FIFE, ALPHA KEY PREV ITAÚ 100 FIFE FUNDO DE INVESTIMENTO EM AÇÕES

### **Acionistas presentes via Boletim de Voto a Distância**

MICAEL DAMACENO MOURA DE BRITO, SAFARI SAVANA FUNDO DE INVESTIMENTO FINANCEIRO MULTIMERCADO, SAFARI MASTER PREV FIF MULTIMERCADO - RESPONSABILIDADE LIMITADA, MICHELE ALMEIDA GUIMARAES FRANCO, VANGUARD INTERNATIONAL HIGH DIVIDEND YIELD INDEX FUND, LEGAL & GENERAL GLOBAL EMERGING MARKETS INDEX FUND, BLUE LOBSTER FIA RESPONSABILIDADE LIMITADA, SEA LOBSTER FUNDO DE INVESTIMENTO EM ACOES, GUSTAVO ANDREI ROHENKOHL, MAHA ENERGY AB, QUANTITAS FIF MULTIMERCADO CAPRI PREV FIFE RESP LIMITADA, QUANTITAS FIF MULT MALDIVAS LONG SHORT RESP LIMITADA, QUANTITAS FIF MULT MASTER RESP LIMITADA, ALASKA PERMANENT FUND CORPORATION, CAPE ANN GLOBAL DEVELOPING MARKETS FUND, LOS ANGELES COUNTY EMPLOYEES RETIREMENT ASSOCIATION, THE BOARD OF ADMINISTRATION OF THE LOS ANGELES CITY EMPLOYEES' RETIREMENT SYSTEM, SPDR PORTFOLIO EMERGING MARKETS ETF, IBM 401(K) PLUS PLAN TRUST, CALIFORNIA PUBLIC EMPLOYEES' RETIREMENT SYSTEM, MERCER UCITS COMMON CONTRACTUAL FUND, INVESCO INVESTMENT MANAGEMENT LTD, ACTING AS MANAGEMENT COMPANY OF INVESCO FTSE ALL WORLD UCITS ETF, A SUB-FUND OF INVESCO MARKETS II PLC, SSGA SPDR ETFS EUROPE I PLC, M&G (LUX) INVESTMENT FUNDS 1, SCHWAB EMERGING MARKETS EQUITY ETF, VANGUARD FUNDS PUBLIC LIMITED COMPANY, ALBERTA INVESTMENT MANAGEMENT CORPORATION, AMERICAN CENTURY ETF TRUST - AVANTIS EMERGING MARKETS EQUITY FUND, SPDR PORTFOLIO MSCI GLOBAL STOCK MARKET ETF, FRANKLIN TEMPLETON ETF TRUST - FRANKLIN FTSE BRAZIL ETF, FRANKLIN TEMPLETON ETF TRUST - FRANKLIN FTSE LATIN AMERICA ETF, MANAGED PENSION FUNDS LIMITED, STATE STREET GLOBAL ADVISORS TRUST COMPANY INVESTMENT FUNDS FOR TAX EXEMPT RETIREMENT PLANS - STATE STREET MSCI EMERGING MARKETS SMALL CAP I, STATE STREET IRELAND UNIT TRUST, VARIABLE INSURANCE PRODUCTS FUND II: INTERNATIONAL INDEX PORTFOLIO, THE CAPE ANN (IRELAND) TRUST, SPARTAN GROUP TRUST FOR EMPLOYEE BENEFIT PLANS: SPARTAN TOTAL INTERNATIONAL INDEX POOL, NEW YORK STATE TEACHERS RETIREMENT SYSTEM, COLLEGE RETIREMENT EQUITIES FUND, FIDELITY CONCORD STREET TRUST:



FIDELITY ZERO INTERNATIONAL INDEX FUND, FIDELITY SALEM STREET TRUST: FIDELITY TOTAL INTERNATIONAL INDEX FUND, POLICE AND FIREMEN'S RETIREMENT SYSTEM OF NEW JERSEY, THE BANK OF NEW YORK MELLON EMPLOYEE BENEFIT COLLECTIVE INVESTMENT FUND PLAN, STATE STREET GLOBAL ALL CAP EQUITY EX-U.S. INDEX PORTFOLIO, UTAH STATE RETIREMENT SYSTEMS, AMERICAN CENTURY ETF TRUST-AVANTIS EMERGING MARKETS VALUE ETF, AMERICAN CENTURY ICAV, SPDR S&P EMERGING MARKETS EX-CHINA ETF, VANGUARD INVESTMENTS FUNDS ICVC-VANGUARD FTSE GLOBAL ALL CAP INDEX FUND, AMERICAN CENTURY ETF TRUST - AVANTIS EMERGING MARKETS EQUITY ETF, AMERICAN CENTURY ETF TRUST - AVANTIS EMERGING MARKETS EX-CHINA EQUITY ETF, AMERICAN CENTURY ETF TRUST - AVANTIS EMERGING MARKETS SMALL CAP EQUITY ETF, BNYM MELLON CF SL ACWI EX-U.S. IMI FUND, BRITISH COAL STAFF SUPERANNUATION SCHEME, CALIFORNIA STATE TEACHERS RETIREMENT SYSTEM, CITY OF NEW YORK GROUP TRUST, FIRST TRUST BRAZIL ALPHADDEX FUND, NTGI - QM COMMON DAILY ALL COUNTRY WORLD EX-US INVESTABLE MARKET INDEX FUND - LENDING, PACIFIC CAPITAL FUNDS LLC, STATE STREET GLOBAL ADVISORS TRUST COMPANY INVESTMENT FUNDS FOR TAX EXEMPT RETIREMENT PLANS, PUBLIC EMPLOYEES RETIREMENT SYSTEM OF OHIO, GENERAL ELECTRIC PENSION TRUST, M&G GLOBAL EMERGING MARKETS FUND A SUB FUND OF M&G INVESTMENT FUNDS (7), NORTHERN TRUST COLLECTIVE EAFE SMALL CAP INDEX FUND-NON LENDING, STATE STREET MSCI EMERGING MARKETS SMALL CAP INDEX NON-LENDING COMMON TRUST FUND, TEACHER RETIREMENT SYSTEM OF TEXAS, ÖLBERG FUNDO DE INVESTIMENTO FINANCEIRO, HSSP FUNDO DE INVESTIMENTO FINANCEIRO, FDI 2 FUNDO DE INVESTIMENTO FINANCEIRO, VENUS FUNDO DE INVESTIMENTO FINANCEIRO AÇÕES - RESPONSABILIDADE LIMITADA, S4 FUNDO DE INVESTIMENTO FINANCEIRO, VOKIN MATTERHORN FUNDO DE INVESTIMENTO FINANCEIRO, VOKIN PÃO DE AÇÚCAR FUNDO DE INVESTIMENTO FINANCEIRO, VOKIN K2 LONG BIASED FUNDO DE INVESTIMENTO FINANCEIRO, VOKIN GBV ACONCÁGUA ICATU FIFE PREVIDENCIÁRIO FUNDO DE INVESTIMENTO FINANCEIRO, SAFARI MASTER PREV CEM FIF MULTIMERCADO FIFE, SAFARI MASTER FIF MULTIMERCADO, SAFARI LONG BIAS II MASTER FIF MULTIMERCADO - RL, VOKIN GBV ACONCÁGUA MASTER LONG ONLY FIF, SUN RA MARTINS GERALDES, DIMAS CEZAR RONQUINI, ARGUCIA INCOME FUNDO DE INVESTIMENTO EM ACOES, ALEX KOWALSKI, SEAGULL FIM CREDITO PRIVADO IE, CIRCE DE NADAI COELHO STRADIOTTO, ALUISIO MENDES DA ROCHA FILHO, MSCI ACWI EX-U.S. IMI INDEX FUND B2, FERNANDO COSENZA ARAUJO, ATALAYA GROWTH FUNDO DE INVESTIMENTO FINANCEIRO EM ACOES, ALEXANDRE AUGUSTO VIOLA, ADEVAL LEONARDO DOS SANTOS, EMERGING MARKETS SMALL CAPITALIZATION EQUITY INDEX FUND, LUIZ CARLOS AZEVEDO ALVES DA CRUZ, RODRIGO ZIMMER DE ABREU SANTOS, MAR ABERTO FUNDO DE INVESTIMENTO EM ACOES INVESTIMENTO NO EX, WILSON LING, LUIZ AUGUSTO IVO METZKER, CRISTIAN EDUARDO WEBER, AXA OR ET MATIERES PREMIERES, LUCIANNE ANDREIA MAGALHAES DA COSTA REIS, INFINITE FIM CP IE, CAPRI II FUNDO DE INVESTIMENTO EM COTAS DE FUNDOS DE INVESTI, ALEXANDRE JOSE CONSELVAN, STATE OF NEW MEXICO STATE INV. COUNCIL, GUILHERME SCHNEIDER



KOLLING, CALA BENIDAA FUNDO DE INVESTIMENTO EM ACOES INVESTIMENTO NO, INTERNATIONAL MONETARY FUND, JAPIR GUILHERME DE MELO, YELLOWSTONE FUNDO DE INVESTIMENTO FINANCEIRO EM ACOES, LUCIANO DE ALMEIDA HORACIO, LAERT NASCIMENTO ARAUJO, LYDIA WONG LING, OBB ZERMATT EQUITY TOTAL RETURN FUNDO DE INVESTIMENTO MULTIM, BEST INVESTMENT CORPORATION, ISHARES EMERGING MARKETS IMI EQUITY INDEX FUND, MURILLO BUGATTI TEIXEIRA E SANTOS, PHI ALPHA FIA, BRUNO DEMORE, ERICA APARECIDA DA COSTA DA SILVA, EMERGING MARKETS SMALL CAPIT EQUITY INDEX NON-LENDABLE FUND, EDUARDO DE JESUS SANTOS, ALPHA GENESIS INVESTMENT FUND - COBAS GLOBAL FUND, LEGAL GENERAL U. ETF P. LIMITED COMPANY, BARCLAYS MULTI-MANAGER FUND PUBLIC LIMITED COMPANY, HL FAMILY LLC, BARTELLE FIA IE, L4E FIA IE, RAFAEL NERY DOS SANTOS, FERNANDO ARENALES FRANCO, LUIZ FELIPE MARVILA DE VASCONCELLOS, ISHARES CORE MSCI TOTAL INTERNATIONAL STOCK ETF, OSMAR AILTON ALVES DA CUNHA, GENERAL PENSION AND SOCIAL SECURITY AUTHORITY, MARIA JOSE TRINDADE LEAL PEREIRA, LUCIANO MICHAEL DE SOUZA, ANTONIO SERGIO DOS ANJOS MENDES, ANTONIO MARCOS DA SILVA, COBAS GRANDES COMPANIAS FI, JOAO HENRIQUE MERTEN PEIXOTO, LYNDOS FIA INVESTIMENTO NO EXTERIOR, DIMENSIONAL EMERGING MKTS VALUE FUND, CLAUDIA ARAKAKI, ISHARES MSCI GLOBAL ENERGY PRODUCERS ETF, HELENA ARAKAKI, ALPHA GENESIS FUND - COBAS CONCENTRATED VALUE FUND, PEDRO HENRIQUE PELLOZO DE OLIVEIRA, JOAO ANDRE PEGADO FERREIRA, ROSA LING, ALFREDO JOSE SILVEIRA BARROS CORREIA, VANGUARD FIDUCIARY TRT COMPANY INSTIT T INTL STK MKT INDEX T, FI EROS MULTIMERCADO CP, ISHARES MSCI EMERGING MARKETS SMALL CAP ETF, VINICIUS MELLO DO LIVRAMENTO, EMER MKTS CORE EQ PORT DFA INVEST DIMENS GROU, JOSE LUIS THOME TAVARES FERREIRA, STATE OF ALASKA RETIREMENT AND BENEFITS PLANS, ADELAR FRATA, ISHARES III PUBLIC LIMITED COMPANY, SILVANIA MARIA SEVERINO, PS VALUE FIA, BRUNO DOS SANTOS PADOVAN, MARCELO NUNES DE BARROS, RENASCENCA II FIM CP, GABRIEL CARNEIRO POLETO, GIOVANI HENRIQUE SCORSATTO, JOSE FIRMINO DE MATOS, SPARTA FUNDO DE INVESTIMENTO EM ACOES - BDR NIVEL I, ISIDORO DAVIDMAN PAPANOPOL, LUCAS VELOSO DE SOUZA, JOSE ORLANDO PEREZ FERNANDEZ, WELLINGTON FERREIRA BRAZ, ISHARES CORE MSCI EMERGING MARKETS IMI INDEX ETF, ALLIANZ GL INVESTORS GMBH ON BEHALF OF ALLIANZGI-FONDS DSPT, DOCA FUNDO DE INVESTIMENTO EM ACOES INVESTIMENTO NO EXTERIOR, NAT WEST BK PLC AS TR OF ST JAMES PL GL SMALL COMP UNIT FUND, ANDRE NOVAIS FERREIRA, DANIEL DE SOUZA VASCONCELOS, FIM CREDITO PRIVADO IE PGB, HSBC INDEX TRACKER INVEST. FUNDS FTSE ALL WORLD INDEX FUND, BARTHELEMY FIM CP IE, MAR VALUE FUNDO DE INVESTIMENTO EM AES, EVERTON BUCKER, MISSOURI EDUCATION PENSION TRUST, THEO FUNDO DE INVESTIMENTO MULTIMERCADO CREDITO PRIVADO, REASSURE LIMITED, ROATAN FUNDO DE INVESTIMENTO EM ACOES, NBL FUNDO DE INVESTIMENTO DE ACOES INVESTIMENTO NO EXTERIOR, MARCELO DE MELO ABDO GANEU, ERTILE ANTONIOLLI JUNIOR, ANTONIO DA SILVA FERRO, PACIFIC CAPITAL UCITS FUNDS PLC, ANA LUIZA BARBOSA DA COSTA VEIGA, JOSE NAZARE ALVES NETO, FELIPE



CORREIA DE PAULA, LSZ FUNDO DE INVESTIMENTO MULTIMERCADO, LEONARDO RODRIGUES GASPAR, THIAGO VALENTIM PIXITORI CARDOSO, NIEMEYER VICENTE DA SILVA, DIMENSIONAL EMERGING CORE EQUITY MARKET ETF OF DIM, NEHEMIAS SOUSA FLORIANO, MSCI EMERGING MARKETS EX CHINA IMI INDEX FUND, ALEXANDRE RIBEIRO LOPES CRUZ, CLAUDIA SALDANHA WOLF LING, ARGUCIA ENDOWMENT FUNDO DE INV MULTIMERCADO, THE BANK OF N. Y. M. (INT) LTD AS T. OF I. E. M. E. I. F. UK, THRIFT SAVINGS PLAN, MINERVA FIA IE, SELBORNE HOLDINGS COMPANY LLC, TFL TRUSTEE COMPANY LIMITED, VICTORY EMERGING MARKETS FUND, FERNANDO SILVA SANTOS, WESLENE MARIA AMSTUTZ, PEDRO BERNARDINELLI JUNIOR, JAILSON NAZARIO, MARLON VIEIRA DE JESUS, POTI LUIZ DE FREIRE LIRA, LEANDRO VARGAS DE OLIVEIRA, MICHELLE DE SOUZA LEITE, BRENO SILVEIRA PEIXOTO, MIGUEL HLEBCZUK JUNIOR, FERNANDO ANTONIO TORRES VELLOSO DA SILVA NETO, THOMAS MAGNO DE JESUS SILVEIRA, FLEXSHARES MORNINGSTAR EMERGING MARKETS FACTOR TILT INDEX F, THOMAZ LONDERO MOOJEN, LUIZ FERNANDO ROHENKOHL, MEIRE TIOKO ARAKAKI, VANGUARD F. T. C. INST. TOTAL INTL STOCK M. INDEX TRUST II, DOUGLAS BEZERRA CRUZ, MERCER QIF FUND PLC, COBAS CONCENTRADOS, FIL, COBAS MIXTO GLOBAL FONDO DE PENSIONES, SHELL TR (BERM) LTD AS TR O SHELL OV CON P F, HNS FUNDO DE INVESTIMENTO EM ACOES INVESTIMENTO NO EXTERIOR, ANDRE MARINO KULLER, ANDRE LUIZ CAPUA DE LIMA, CORONATION GLOBAL OPPORTUNITIES FUND, ALEXANDRO MARQUES DE OLIVEIRA, STICHTING SHELL PENSIOENFONDS, CNS FUNDO DE INVESTIMENTO DE ACOES INVESTIMENTO NO EXTERIOR, THRIFT SAVINGS PLAN, FERNANDO VERLANG KRAMER, MANUEL NACIMIENTO GONZALEZ NETO, ENIO STEFANE ALVES DE FREITAS, MAURO RIBEIRO, KZ FUNDO DE INVESTIMENTO MULTIMERCADO, EMERGING MARKETS SMALL CAPITALIZATION EQUITY INDEX FUND B, RONALD MARTIM RAUTER JUNIOR, HELIO HENRIQUE BARBOSA ROCHA, ROLANDO GRADIM, NICODEMOS JUNIO DINIZ DURAES, LEGAL & GENERAL COLLECTIVE INVESTMENT TRUST, MARILIA BRETTAS LEITE, MIGUEL ANTONIO MARCON, COBAS GLOBAL FONDO DE PENSIONES, AVIVA I INVESTMENT FUNDS ICVC - AVIVA I INTERNATIONAL I T F, CORONATION EMERGING MARKETS EX-CHINA FUND, COBAS VALUE, SICAV SA, FHS FUNDO DE INVESTIMENTO EM ACOES INVESTIMENTO NO EXTERIOR, COBAS SELECCION FI, COBAS INTERNACIONAL FI, ALVARO MEDEIROS DE SOUZA ANJOS FILHO, MARCELO CECILIO VIEIRA DE OLIVEIRA, TEXAS MUNICIPAL RETIREMENT SYSTEM, FRANKLIN LIBERTYSHARES ICAV, VANGUARD EMERGING MARKETS STOCK INDEX FUND, ALEXANDRE ARAKAKI, WELLINGTON PRADO, RENE ZAJACZKOWSKI, UNIVERSAL-INVESTMENT-LUXEMBOURG S.A. ON BEHALF OF UNIVEST, VANECK BRAZIL SMALL- CAP ETF, VANGUARD TOTAL WORLD STOCK INDEX FUND, A SERIES OF VANGUARD INTERNATIONAL EQUITY INDEX FUNDS, CASSIO BRAGA PROPST, CORONATION GL EMG MKTS EQ FUND (A PORT OF CORONATION U F), LEGAL AND GENERAL ASSURANCE PENSIONS MNG LTD, HEITOR SILVA FUJITA, COBAS EMPLEO, FONDO DE PENSIONES, LEONARDO ZURSTRASSEN, VANGUARD TOTAL INTERNATIONAL STOCK INDEX FD, A SE VAN S F, LEANDRO JUN MAEDA, KELVIN DE PAULA SOBRINHO, ISHARES PUBLIC LIMITED COMPANY, COBAS RENTA FI, ISHARES IV PUBLIC LIMITED COMPANY, ALPHA GENESIS



INVESTMENT FUND - COBAS INTERNATIONAL FUND, LAB FUNDO DE INVESTIMENTO EM  
AÇÕES INVESTIMENTO NO EXTERIOR, BRUNO DA SILVA CRUZEIRO, JYN FIM CP IE,  
CORONATION GLOBAL EMERGING MARKETS FLEXIBLE ZAR FUND, ISHARES CORE MSCI  
EMERGING MARKETS ETF, COBAS LUX SICAV - COBAS SELECTION FUND, AZ FUND 1 - AZ  
EQUITY - BEST VALUE, RICARDO BACCI ACUNHA, ADRIEL DA LUZ DE OLIVEIRA, OCTACILIO  
COSTA NETO, ISHARES MSCI BRAZIL SMALL CAP ETF, ANTONIO GILDAZIO BRILHANTE  
GAMA, ANDRE FONTOURA KESSLER, RICHEMN MOURAD



## Anexo I

### Mapa Final de Votação Sintético



**AGE**

# **Mapa Final de Votação Consolidado**

10 de julho de 2025

**Relações com Investidores**

<https://ri.bravaenergia.com/>

[ri@bravaenergia.com](mailto:ri@bravaenergia.com)

Logradouro: Praia Botafogo, 00186 Complemento: Sal 1401 Sal 1501 Bairro: Botafogo CEP:  
22250-145 Município: Rio de Janeiro Estado: Rio de Janeiro

**Mapa Final de Votação Consolidado**  
**BRAVA ENERGIA S.A - 12.091.809/0001-55**  
**Brava Energia - Assembleia Geral Extraordinária**  
**10/07/2025 10:00**

1. [BVD Nº 1] Deliberar sobre proposta de exclusão dos artigos 40, 41, 42 e 48 do Estatuto Social da Companhia apresentada por acionista da Companhia, por meio da carta enviada em 27 de maio de 2025, a fim de retirar a previsão da obrigatoriedade de realização de oferta pública de aquisição de ações em caso de aquisição de participação relevante, e, conseqüentemente, a consolidação do Estatuto Social para refletir tal reforma.

<b>ON</b>	<b>Aprovar</b>	<b>Rejeitar</b>	<b>Abster-se</b>
<b>280.853.101</b>	<b>267.867.292</b>	<b>12.976.669</b>	<b>9.140</b>



**Anexo II**

**Estatuto Social Consolidado**



## ESTATUTO SOCIAL

### BRAVA ENERGIA S.A.

CNPJ/MF nº 12.091.809/0001-55

NIRE 33.3.0029459-7

### CAPÍTULO I – DENOMINAÇÃO, SEDE, FORO, OBJETO SOCIAL E PRAZO DE DURAÇÃO

**Artigo 1º.** A Companhia denomina-se **BRAVA ENERGIA S.A.** e será regida pelo presente Estatuto Social, pelo Regulamento do Novo Mercado da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (“Regulamento do Novo Mercado” e “B3”, respectivamente) e pela legislação aplicável às sociedades anônimas.

**Parágrafo Primeiro** - Com o ingresso da Companhia no Novo Mercado (“Novo Mercado”), sujeitam-se a Companhia, seus acionistas, incluindo acionistas controladores, administradores e membros do Conselho Fiscal, quando instalado, às disposições do Regulamento do Novo Mercado.

**Parágrafo Segundo** – Em caso de conflito entre as regras deste Estatuto Social e as regras do Regulamento do Novo Mercado, prevalecerão as disposições do Regulamento do Novo Mercado.

**Artigo 2º.** A Companhia tem sede e foro jurídico na cidade e Estado do Rio de Janeiro.

**Parágrafo Único** - A Companhia, por deliberação da Diretoria, poderá fixar e alterar o endereço da sede, bem como criar e extinguir filiais em qualquer parte do território nacional ou no exterior.

**Artigo 3º.** A Companhia tem por objeto social: (a) extração, exploração, produção, refino, comercialização, importação, exportação e industrialização de petróleo e quaisquer produtos derivados, gás natural e outros hidrocarbonetos fluidos, incluindo, dentre outros, o tratamento, processamento, movimentação, carregamento, estocagem subterrânea, acondicionamento, liquefação, regaseificação, importação e



exportação de gás natural, inclusive sob forma liquefeita (GNL), comprimida (GNC) ou gás liquefeito de petróleo (GLP), bem como a implementação e a operação de instalações para estes fins e para a movimentação e armazenagem, tais como modais rodoviários ou dutoviários, terminais, unidades de liquefação e regaseificação; (b) realizar operação na navegação de apoio marítimo; (c) geração, comercialização, exportação e importação de energia elétrica, armazenamento de energia, captura e armazenamento de carbono; (d) investir em ativos, em áreas territoriais ou marítimas, relacionados ao segmento de energia ; e (e) participar direta ou indiretamente, em outras sociedades, nacionais ou estrangeiras, como sócia, acionista ou quotista, assim como em consórcios, *joint ventures*, empreendimentos ou qualquer outra forma de associação, que atuem em atividades relacionadas ao objeto social da Companhia.

**Artigo 4º.** A Companhia tem prazo indeterminado de duração.

## **CAPÍTULO II - CAPITAL SOCIAL**

**Artigo 5º.** O capital social da Companhia é de R\$ 11.971.587.907,53 (onze bilhões, novecentos e setenta e um milhões, quinhentos e oitenta e sete mil, novecentos e sete reais e cinquenta e três centavos), totalmente subscrito e integralizado, e dividido em 464.180.812 (quatrocentos e sessenta e quatro milhões, cento e oitenta mil, oitocentas e doze) ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal.

**Parágrafo Primeiro** - Cada ação dará direito a um voto nas deliberações sociais.

**Parágrafo Segundo** - É vedada à Companhia a emissão de ações preferenciais e partes beneficiárias.

**Parágrafo Terceiro** - Todas as ações da Companhia são escriturais, mantidas em contas de depósito em nome de seus titulares, junto à instituição financeira autorizada pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), com quem a Companhia mantenha contrato de custódia em vigor, sem emissão de certificados. O custo do serviço de transferência da propriedade das ações escriturais poderá ser cobrado diretamente do acionista pela instituição depositária, conforme venha a ser definido no contrato de escrituração de ações, sendo respeitados os limites impostos pela legislação vigente.



**Parágrafo Quarto** - Na proporção do número de ações que possuem, os acionistas terão preferência para a subscrição do aumento de capital, proporcionalmente às suas participações, salvo a renúncia ou cessão deste direito e observado o disposto no Parágrafo Segundo do Artigo 6º deste Estatuto Social. O prazo para exercício do direito de preferência será de 30 (trinta) dias corridos, contados da data da publicação da ata ou do aviso aos acionistas realizado nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada (“Lei das Sociedades por Ações”).

**Parágrafo Quinto** - Nas hipóteses em que a legislação conferir direito de retirada a acionista dissidente de deliberação da Assembleia Geral, o valor do reembolso devido ao acionista será determinado pela divisão do valor do patrimônio líquido, conforme apurado nas últimas demonstrações financeiras individuais aprovadas em Assembleia Geral, pelo número total de ações de emissão da Companhia.

**Artigo 6º.** O capital social da Companhia poderá ser aumentado, na forma do artigo 168 da Lei das Sociedades por Ações, independentemente de deliberação da Assembleia Geral e de reforma estatutária, até o limite de 1.640.705.434 (um bilhão, seiscentas e quarenta milhões, setecentas e cinco mil, quatrocentas e trinta e quatro) ações, excluídas as ações já emitidas.

**Parágrafo Primeiro** – O aumento do capital social, nos limites do capital autorizado, será realizado por meio da emissão de ações, debêntures conversíveis em ações ou bônus de subscrição mediante deliberação do Conselho de Administração, a quem competirá estabelecer as condições da emissão, inclusive preço, prazo e forma de sua integralização. Ocorrendo subscrição com integralização em bens, a competência para o aumento de capital será da Assembleia Geral, ouvido o Conselho Fiscal, caso instalado.

**Parágrafo Segundo** – A Companhia poderá emitir ações, debêntures conversíveis em ações e bônus de subscrição dentro do limite do capital autorizado, com exclusão do direito de preferência dos antigos acionistas ou com redução do prazo para seu exercício de que trata o artigo 171, parágrafo 4º, da Lei das Sociedades por Ações, quando a colocação for feita mediante venda em bolsa de valores ou por subscrição pública, ou através de permuta por ações, em oferta pública de aquisição de controle, ou ainda para fazer frente a planos de outorga de opção de compra de ações a administradores e empregados da Companhia, nos termos da Lei das Sociedades por Ações.



**Parágrafo Terceiro** - O limite do capital autorizado deverá ser automaticamente ajustado em caso de grupamento ou desdobramentos de ações.

**Artigo 7º.** A Companhia poderá, por deliberação do Conselho de Administração, adquirir as próprias ações para permanência em tesouraria e posterior alienação ou cancelamento, até o montante do saldo de lucro e de reservas, exceto a reserva legal, sem diminuição do capital social, observadas as disposições legais e regulamentares aplicáveis.

### **CAPÍTULO III - ASSEMBLEIAS GERAIS**

**Artigo 8º.** A Assembleia Geral é o órgão deliberativo da Companhia, que reunir-se-á, ordinariamente, nos 4 (quatro) primeiros meses seguintes ao término do exercício social, para deliberar sobre as matérias constantes do artigo 132 da Lei das Sociedades por Ações, e extraordinariamente, sempre que o interesse da Companhia assim o exigir.

**Parágrafo Primeiro** – As Assembleias Gerais serão convocadas pelo Conselho de Administração, ou, nos casos previstos em lei, pelo Conselho Fiscal ou por acionistas, em qualquer caso conforme procedimentos descritos na legislação aplicável.

**Parágrafo Segundo** – As Assembleias Gerais instalar-se-ão, em primeira convocação, com a presença de acionistas que representem, no mínimo, 1/4 (um quarto) do total de votos conferidos pelas ações com direito a voto, e, em segunda convocação, com a presença de qualquer número de acionistas presentes, nos termos do artigo 125 da Lei das Sociedades por Ações.

**Parágrafo Terceiro** – A Assembleia Geral que tiver por objeto a reforma deste Estatuto Social se instalará, em primeira convocação, com a presença de acionistas que representem, no mínimo, 2/3 (dois terços) do total de votos conferidos pelas ações com direito a voto, mas poderá instalar-se em segunda convocação com qualquer número de presentes.

**Parágrafo Quarto** – As deliberações das Assembleias Gerais, ressalvados os casos previstos em disposição cogente de lei ou regulamentação aplicáveis, serão todas



tomadas pela maioria absoluta de votos de titularidade dos acionistas presentes nas Assembleias, não se computando as abstenções e os votos em branco.

**Parágrafo Quinto** – A Assembleia Geral deve ser realizada, preferencialmente, na sede da Companhia, ou, nas hipóteses admitidas na Lei das Sociedades por Ações, em outro local indicado com clareza nos anúncios de convocação, sendo admitida, ainda, a realização da Assembleia Geral de forma parcialmente ou exclusivamente digital, nos termos da Lei das Sociedades por Ações e da regulamentação aplicável.

**Parágrafo Sexto** – A Assembleia Geral somente poderá deliberar sobre assuntos da ordem do dia, constantes do respectivo edital de convocação, sendo vedada a aprovação de matérias sob a rubrica genérica.

**Parágrafo Sétimo** – Independentemente das formalidades de convocação, será considerada regular a Assembleia Geral a que comparecerem os acionistas representando a totalidade do capital social da Companhia.

**Artigo 9º.** As Assembleias Gerais devem ser presididas pelo Presidente do Conselho de Administração ou por pessoa indicada por ele. Na ausência ou impedimento do Presidente do Conselho de Administração, a Assembleia será instalada e presidida por outro Conselheiro, pelo Diretor Presidente ou o Diretor Financeiro, conforme indicação do Presidente do Conselho de Administração. Na ausência de ambos, o presidente da Assembleia Geral será indicado por pessoa indicada por maioria de votos dos acionistas presentes. O presidente da Assembleia Geral nomeará um dos indivíduos presentes para atuar na qualidade de secretário.

**Artigo 10º.** Compete exclusivamente à Assembleia Geral, além das demais atribuições previstas em lei ou neste Estatuto Social:

- o. alterar e/ou reformar o Estatuto Social, inclusive procedendo ao aumento e/ou redução de capital social, observadas as disposições do artigo 6º do presente Estatuto Social;
- p. atribuir bonificações em ações e decidir sobre eventuais grupamentos e desdobramentos de ações, ressalvado o disposto no artigo 16, item (h), em



- relação a bonificações em ações realizadas no âmbito de aumentos de capital aprovados pelo Conselho de Administração;
- q. eleger e/ou destituir, a qualquer tempo, os membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal, quando houver, bem como definir o número de membros do Conselho de Administração da Companhia;
  - r. tomar, anualmente, as contas dos administradores e deliberar sobre as demonstrações financeiras por eles apresentadas;
  - s. deliberar, de acordo com proposta apresentada pela administração, sobre a destinação do lucro líquido do exercício;
  - t. deliberar sobre a dissolução, liquidação, fusão, cisão, transformação ou incorporação (inclusive incorporação de ações) da Companhia, sobre a eleição e destituição de liquidantes, bem como sobre o Conselho Fiscal que deverá funcionar no período de liquidação, e o julgamento de suas contas e partilha do acervo social em caso de liquidação;
  - u. fixar o limite global anual da remuneração dos membros do Conselho de Administração, da Diretoria e, se instalado, do Conselho Fiscal; observado que caberá ao Conselho de Administração deliberar sobre a distribuição individual da remuneração do próprio Conselho de Administração, da Diretoria e, se instalado, do Conselho Fiscal;
  - v. autorizar a emissão de debêntures conversíveis em ações e outros títulos conversíveis em ações, observado o disposto no artigo 6º deste Estatuto Social;
  - w. deliberar sobre a avaliação de bens com que o acionista concorrer para a formação do capital social;
  - x. autorizar os administradores a confessar falência e pedir recuperação judicial ou extrajudicial da Companhia;



- y. aprovar planos de remuneração ou incentivos baseados em ações de emissão da Companhia ou de suas subsidiárias ou a entrega de ações em tesouraria, em favor de qualquer administrador ou empregado da Companhia ou de suas subsidiárias, bem como quaisquer modificações posteriores de referidos planos;
- z. dispensar a realização de oferta pública de aquisição de ações (“OPA”) para saída do

Novo Mercado, observado o disposto no Regulamento do Novo Mercado;

- aa. aprovar a alienação ou a contribuição para outra empresa de ativos, caso o valor da operação corresponda a mais de 50% (cinquenta por cento) do valor dos ativos totais da Companhia constantes do último balanço aprovado; e
- bb. criação, alteração ou extinção de qualquer reserva estatutária da Companhia.

#### **CAPÍTULO IV - ADMINISTRAÇÃO DA COMPANHIA**

**Artigo 11.** A administração da Companhia competirá ao Conselho de Administração e à Diretoria, respeitadas as competências e atribuições legais e estatutárias de cada um desses órgãos.

**Parágrafo Primeiro** – Os cargos de Presidente do Conselho de Administração e de Diretor Presidente ou principal executivo da Companhia não poderão ser acumulados pela mesma pessoa, exceto na hipótese de vacância, observados os termos do Regulamento do Novo Mercado.

**Parágrafo Segundo** – A posse dos administradores e dos membros do Conselho Fiscal, efetivos e suplentes, fica condicionada à assinatura de termo de posse, que deve contemplar sua sujeição à cláusula compromissória referida no Artigo 43 abaixo.

**Parágrafo Terceiro** – O mandato dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria se estenderá até a investidura dos respectivos sucessores, exceto se de outra forma for deliberado pela Assembleia Geral.



**Parágrafo Quarto** – Os administradores estão dispensados de prestar caução em garantia de sua gestão.

## **SEÇÃO I – CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**

**Artigo 12.** O Conselho de Administração será constituído de, no mínimo, 5 (cinco) membros e, no máximo, 11 (onze) membros, todos eleitos e destituíveis pela Assembleia Geral, com mandato unificado de 2 (dois) anos, sendo permitida a reeleição.

**Parágrafo Primeiro** – Dos membros do Conselho de Administração, no mínimo, 2 (dois) ou 20% (vinte por cento), o que for maior, deverão ser conselheiros independentes, conforme a definição do Regulamento do Novo Mercado, devendo a caracterização dos indicados ao Conselho de Administração como conselheiros independentes ser deliberada na Assembleia Geral que os eleger, sendo também considerados como independentes os conselheiros eleitos mediante faculdade prevista pelo artigo 141, parágrafos 4º e 5º, da Lei das Sociedades por Ações, na hipótese de haver acionista controlador.

**Parágrafo Segundo** – Quando, em decorrência do cálculo do percentual referido no parágrafo acima, o resultado gerar um número fracionário, a Companhia deve proceder ao arredondamento para o número inteiro imediatamente superior.

**Parágrafo Terceiro** – O Presidente do Conselho de Administração deverá ser eleito pela maioria de votos dos presentes na primeira reunião do Conselho de Administração que ocorrer imediatamente após a eleição de seus membros ou sempre que ocorrer renúncia ou vacância naquele cargo.

**Parágrafo Quarto** – O Presidente do Conselho de Administração, em suas ausências e ou impedimentos temporários nas reuniões do Conselho de Administração, será substituído, nas funções atribuídas a tal posição de Presidente por este Estatuto Social ou pelo regimento interno daquele órgão, por outro conselheiro por ele indicado por escrito. Caso o Presidente do Conselho de Administração não tenha indicado outro conselheiro para substituí-lo, os demais conselheiros reunidos, por maioria simples de votos, indicarão um substituto dentre os membros do Conselho de Administração.

**Parágrafo Quinto** – No caso de destituição, morte, renúncia, impedimento comprovado, invalidez ou ausência injustificada por mais de 30 (trinta) dias consecutivos ou qualquer outro evento que leve à vacância definitiva do cargo do Conselho de Administração, o substituto será nomeado pelos conselheiros remanescentes, observado o disposto no parágrafo primeiro acima, e completará o mandato do conselheiro substituído. Se ocorrer vacância da maioria dos cargos, a Assembleia Geral será convocada para proceder a nova eleição. Em caso de vacância de todos os cargos do Conselho de Administração, compete à Diretoria convocar a Assembleia Geral para eleger os conselheiros.

**Parágrafo Sexto** – Além do disposto neste Estatuto Social, o funcionamento do Conselho de Administração também deverá observar o disposto em seu Regimento Interno.

**Artigo 13.** O Conselho de Administração realizará reuniões ordinárias, pelo menos 4 (quatro) vezes por ano, ao final de cada trimestre, e extraordinárias sempre que os interesses sociais o exigirem, mediante convocação de seu Presidente ou conselheiro por ele nomeado como procurador, ou mediante convocação pela maioria dos membros do Conselho de Administração, observado o prazo mínimo de antecedência de 5 (cinco) dias, e com apresentação da pauta dos assuntos a serem tratados, ressalvados os casos de urgência, nos quais as reuniões do Conselho de Administração poderão ser convocadas por seu Presidente ou pela maioria dos seus membros, sem a observância do referido prazo, desde que inequivocamente cientes todos os demais integrantes do Conselho. As convocações poderão ser feitas por carta com aviso de recebimento ou por qualquer outro meio, eletrônico ou não, que permita a comprovação de recebimento.

**Parágrafo Primeiro** – Das reuniões será lavrada ata em livro próprio, a qual será publicada nas hipóteses previstas em lei e na regulamentação aplicável.

**Parágrafo Segundo** – Independentemente das formalidades previstas neste artigo, será considerada regular a reunião a que comparecerem todos os conselheiros.

**Artigo 14.** As reuniões do Conselho de Administração serão instaladas em primeira convocação com a presença da maioria dos seus membros e em segunda convocação por qualquer número.



**Parágrafo Primeiro** – Os conselheiros poderão participar e votar (inclusive antecipadamente) à distância, por meio de telefone, videoconferência, e-mail ou qualquer outro meio eletrônico, nos termos do Regimento Interno do Conselho de Administração, sendo certo que o Presidente da reunião do Conselho de Administração poderá assinar o Livro de Reunião de Conselho de Administração em nome dos conselheiros que votarem à distância, por telefone, videoconferência, por e-mail ou qualquer outro meio eletrônico. O conselheiro que assim participar será considerado presente em referida reunião e deverá enviar o inteiro teor de seu voto por escrito, por meio de carta ou e-mail. Qualquer conselheiro poderá indicar outro conselheiro para representá-lo em uma reunião, via procuração, inclusive para assinar o Livro de Reunião do Conselho de Administração.

**Parágrafo Segundo** – Uma vez instaladas, as reuniões do Conselho de Administração serão presididas pelo Presidente do Conselho de Administração, ou, em sua ausência, por outro conselheiro indicado por escrito pelo Presidente do Conselho de Administração ou, ainda, qualquer pessoa indicada pelos conselheiros presentes à reunião do Conselho de Administração por maioria simples de votos. O presidente da reunião convidará um dos presentes para secretariar os trabalhos.

**Parágrafo Terceiro** – As deliberações do Conselho de Administração serão tomadas por maioria absoluta dos seus membros.

**Artigo 15.** Os conselheiros deverão se abster de intervir e votar nas deliberações relacionadas a assuntos sobre os quais tenham ou representem interesse conflitante com a Companhia, devendo respeitar as regras relativas a conflito de interesse estabelecidas na Lei das Sociedades por Ações.

**Artigo 16.** O Conselho de Administração, além dos poderes previstos em lei, terá as seguintes atribuições:

- aa. fixar a orientação geral e a estratégia dos negócios, inclusive aprovando plano de negócios, planejamento estratégico, orçamento anuais e plurianuais, plano de investimentos, avaliação da governança e da remuneração da Companhia e das sociedades controladas, coligadas ou investidas;
  
- bb. eleger e destituir os diretores da Companhia e fixar suas atribuições;

- cc. indicar para a Diretoria os administradores a serem eleitos nas sociedades controladas, coligadas ou investidas, bem como deliberar sobre a sua destituição;
  
- dd. fiscalizar a gestão dos Diretores, examinando, a qualquer tempo, os livros e papéis da Companhia e de suas sociedades controladas, coligadas ou investidas, solicitar informações sobre contratos celebrados ou em via de celebração e sobre quaisquer outros atos, seja da própria Companhia ou de sociedades controladas, coligadas ou investidas;
  
- ee. estabelecer a remuneração individual dos administradores da Companhia, ou a instrução de voto pertinente à fixação da remuneração dos administradores de suas sociedades controladas, coligadas ou investidas, observado o disposto no artigo 10 do presente Estatuto Social;
  
- ff. deliberar sobre qualquer aumento do capital social da Companhia ou emissão de ações ou de valores mobiliários conversíveis ou permutáveis por ações, dentro do capital autorizado, conforme artigo 6º deste Estatuto Social;
  
- gg. deliberar sobre a emissão, pela Companhia ou por suas sociedades controladas, coligadas ou investidas, de debêntures simples, não conversíveis em ações, *commercial papers*, notas promissórias, *bonds*, *notes* e de quaisquer outros títulos e valores mobiliários de uso comum no mercado, para distribuição pública ou privada;
  
- hh. dentro do limite do capital autorizado, conforme previsto nos parágrafos 1º e 2º do Artigo 6º deste Estatuto Social, aprovar aumento do capital social mediante a capitalização de lucros ou reservas, com ou sem bonificação em ações;
  
- ii. convocar a Assembleia Geral da Companhia quando julgar conveniente ou nas hipóteses exigidas pela Lei das Sociedades por Ações;



- jj. manifestar-se sobre o relatório da administração, as contas da Diretoria da Companhia e as demonstrações financeiras da Companhia, bem como deliberar sobre sua submissão à Assembleia Geral;
  
- kk. apreciar os resultados trimestrais das operações da Companhia;
  
- ll. submeter à Assembleia Geral Ordinária da Companhia proposta de destinação do lucro líquido do exercício;
  
- mm. aprovar o pagamento de dividendos intermediários ou intercalares, conforme artigo 29, parágrafo terceiro, abaixo;
  
- nn. escolher e destituir os auditores independentes da Companhia, bem como determinar à Diretoria a escolha dos auditores das sociedades controladas, coligadas e investidas, observando, nessa escolha, o disposto na regulamentação aplicável. A empresa de auditoria externa da Companhia reportar-se-á ao Conselho de Administração;
  
- oo. autorizar previamente a celebração de acordos de sócios ou acionistas envolvendo a Companhia, as sociedades controladas, coligadas e investidas;
  
- pp. convocar a qualquer tempo os Diretores da Companhia, das suas sociedades controladas, coligadas ou investidas, individualmente ou em conjunto, para prestar esclarecimentos e informações, apresentar documentos ou relatórios;
  
- qq. aprovar a lista de beneficiários e a celebração dos contratos individuais para a outorga de remuneração baseada em ações a qualquer administrador, colaborador ou empregado da Companhia ou de suas sociedades controladas, conforme os termos e condições previstos nos respectivos planos e programas, podendo delegar a administração de tais planos e programas a um de seus comitês de assessoramento;
  
- rr. aprovar operação ou conjunto de operações celebrados com partes relacionadas da Companhia que sejam de sua competência, conforme definido na Política de



Transações com Partes Relacionadas da Companhia a ser aprovada pelo Conselho de Administração, salvo nos casos em que a lei exigir aprovação pela Assembleia Geral.

- ss. aprovar a política de alçadas da Diretoria da Companhia ("Política de Alçadas"), a qual deverá prever, dentre outras matérias, os valores de alçada para (a) a venda ou compromissos de alienação ou qualquer forma de disposição de bens móveis, imóveis, inclusive ações/quotas das sociedades controladas, coligadas ou investidas, como a cessão dos referidos bens ou promessa de cessão de direitos a eles relativos; (b) a outorga de garantia de qualquer espécie em favor de terceiros em nome da Companhia; (c) a aquisição ou a assunção de obrigações em nome da Companhia; e (d) a assunção de dívida de qualquer natureza em nome da Companhia;
  
- tt. aprovar as matérias previstas no item "r" acima quando os seus valores superarem os limites estabelecidos na Política de Alçadas e que não sejam de competência privativa da Assembleia Geral;
  
- uu. manifestar-se, favorável ou contrariamente, a respeito de qualquer oferta pública de aquisição de ações que tenha por objeto as ações de emissão da Companhia, por meio de parecer prévio fundamentado, divulgado em até 15 (quinze) dias contados da publicação do edital da oferta pública de aquisição de ações, que deverá abordar, no mínimo: (i) a conveniência e oportunidade da oferta pública de aquisição de ações quanto ao interesse da Companhia e do conjunto dos acionistas, inclusive em relação ao preço e aos potenciais impactos para a liquidez das ações; (ii) os planos estratégicos divulgados pelo ofertante em relação à Companhia; (iii) as alternativas à aceitação da oferta pública de aquisição de ações disponíveis no mercado; (iv) outros pontos que o Conselho de Administração considerar pertinentes, bem como as informações exigidas pelas regras aplicáveis;
  
- vv. aprovação de oferta pública a ser lançada pela própria Companhia para saída do Novo Mercado ou de qualquer outro mercado no qual as ações da Companhia forem negociadas;
  
- ww. aprovar as políticas, regimentos e códigos obrigatórios da Companhia ou de suas sociedades controladas, coligadas ou investidas, nos termos das normas



editadas pela CVM, do Regulamento do Novo Mercado e da legislação aplicável à Companhia;

xx. aprovar o orçamento do Comitê de Auditoria da Companhia, observado o disposto no artigo 26, parágrafo segundo deste Estatuto Social, da área de auditoria interna e de eventuais outros comitês que sejam constituídos pela Companhia ou por suas sociedades controladas, coligadas ou investidas, nos termos do parágrafo segundo abaixo;

yy. aprovar as atribuições da área de auditoria interna;

zz. aprovar a constituição de subsidiárias ou aquisição de participação societária pela Companhia ou por suas sociedades controladas, coligadas ou investidas;

(aa) determinar o voto a ser proferido pela Companhia (a) nas sociedades das quais a Companhia seja acionista ou sócia e não tenham conselho de administração instituído, nas assembleias gerais ou reuniões de sócios, quando tais assembleias e/ou reuniões tiverem como objeto matérias análogas às matérias previstas neste artigo e no artigo 10 deste Estatuto Social; e (b) nas sociedades das quais a Companhia seja acionista ou sócia e tenham conselho de administração instituído, em quaisquer assembleias gerais ou reuniões de sócios realizadas por tais sociedades, bem como instruir o voto a ser proferido pelos membros do conselho de administração de tais sociedades que tenham sido eleitos pela Companhia;

(bb) autorizar a participação da Companhia mediante apresentação de oferta vinculante em leilões, licitações e/ou procedimentos administrativos de contratação promovidos por empresas públicas, sociedades de economia mista, sociedades estatais, ou por quaisquer outros órgãos governamentais. Para fins de esclarecimento, (i) a participação da Companhia mediante a apresentação de oferta não vinculante estará sujeito ao disposto no artigo 19, item (k); e (ii) o mero cadastro e/ou atos para fins de análise e estudo dos ativos não precisará de aprovação do Conselho de Administração da Companhia, sendo certo que qualquer ato vinculativo em nome da Companhia, inclusive apresentação de proposta, será matéria de deliberação pelo Conselho; e

(cc) resolver os casos omissos neste Estatuto Social e exercer outras atribuições que a lei, ou este Estatuto Social, não confira a outro órgão da Companhia.

**Parágrafo Único** - O Conselho de Administração poderá estabelecer a formação de comitês técnicos e consultivos, com objetivos e funções definidos. Caberá ao Conselho de Administração estabelecer normas aplicáveis aos comitês, incluindo regras sobre composição, prazo, remuneração e funcionamento.

## **SEÇÃO II – DIRETORIA**

**Artigo 17.** A Diretoria, eleita pelo Conselho de Administração, será constituída de, no mínimo, 3 (três) membros, e, no máximo, 7 (sete) membros, sendo um Diretor Presidente, um Diretor de Relações com Investidores, um Diretor Financeiro e os demais sem designação específica observado o disposto no parágrafo terceiro abaixo. Os diretores terão mandato unificado de 2 (dois) anos, podendo ser reeleitos.

**Parágrafo Primeiro** – Os diretores, salvo caso de destituição, ou deliberação em contrário do Conselho de Administração, permanecerão em seu cargo até a nomeação dos substitutos.

**Parágrafo Segundo** – Qualquer diretor poderá ser destituído a qualquer tempo pelo Conselho de Administração.

**Parágrafo Terceiro** – Um diretor poderá acumular mais de uma função, desde que observado o número mínimo de diretores previsto na Lei de Sociedades por Ações.

**Parágrafo Quarto** – Os Diretores não poderão afastar-se do exercício de suas funções por mais de 30 (trinta) dias corridos consecutivos sob pena de perda de mandato, salvo na hipótese de licença concedida pela própria Diretoria.

**Parágrafo Quinto** – Em caso de ausência ou impedimento temporário do Diretor Presidente e caso este não tenha indicado um substituto, o Diretor Presidente será substituído pelo Diretor Financeiro. Na hipótese de impedimento definitivo ou vacância do cargo, será imediatamente convocada reunião do Conselho de Administração para que seja preenchido o cargo.



**Parágrafo Sexto** – No caso de vacância no cargo dos demais Diretores, será convocada reunião do Conselho de Administração para preenchimento do cargo em caráter definitivo até o término do mandato do respectivo cargo antes vacante, sendo admitida a reeleição. Até a realização da referida reunião do Conselho de Administração, o substituto provisório será escolhido pelo Diretor Presidente, dentre um dos Diretores, o qual acumulará mais de uma função.

**Artigo 18.** A Diretoria não é um órgão colegiado, devendo reunir-se, sempre que assim exigirem os negócios sociais, sendo convocada pelo Diretor Presidente, com antecedência mínima de 3 (três) dias, ou por quaisquer dos Diretores, neste caso, com antecedência mínima de 5 (cinco) dias. As reuniões serão instaladas, em primeira convocação, com a presença de todos os seus membros e, em segunda convocação, com antecedência de 24 (vinte e quatro) horas, com qualquer número de Diretores.

**Parágrafo Primeiro** – Independentemente das formalidades previstas neste artigo, será considerada regular a reunião a que comparecerem todos os Diretores.

**Parágrafo Segundo** – As reuniões da Diretoria serão presididas pelo Diretor Presidente, o qual deverá designar o secretário de cada reunião. Caso o Diretor Presidente não esteja presente, a reunião será presidida pelo Diretor Financeiro.

**Parágrafo Terceiro** – Os Diretores poderão participar e votar (inclusive antecipadamente) à distância, por meio de telefone, videoconferência, e-mail ou qualquer outro meio eletrônico, aplicando-se, *mutatis mutandis* e conforme aplicáveis, as disposições do Regimento Interno do Conselho de Administração, sendo certo que o Presidente da reunião da Diretoria poderá assinar o Livro de Reuniões da Diretoria em nome dos Diretores que votarem à distância, por telefone, videoconferência, e-mail ou qualquer outro meio eletrônico. O Diretor que assim participar será considerado presente em referida reunião e deverá enviar o seu voto por escrito, por meio de carta ou e-mail. Qualquer Diretor poderá indicar outro Diretor para representá-lo em uma reunião, via procuração, inclusive para assinar o Livro de Reuniões da Diretoria.

**Parágrafo Quarto** – As deliberações da Diretoria serão tomadas por maioria absoluta dos seus membros. Na hipótese em que a Diretoria seja composta por um número par de membros e que haja empate na aprovação de determinada deliberação, caberá ao Diretor Presidente, além do seu voto pessoal, o voto de qualidade de desempate.



**Parágrafo Quinto** – Cabe a Diretoria deliberar sobre todas as matérias que não forem de competência privativa da Assembleia Geral ou de competência do Conselho de Administração.

**Artigo 19.** A Diretoria tem todos os poderes para praticar os atos necessários ao funcionamento regular da Companhia e à consecução do objeto social, observadas as disposições legais ou estatutárias pertinentes, bem como os planos de negócios e orçamentos operacionais aprovados pelo Conselho de Administração e orçamento de capital aprovado pela Assembleia Geral, competindo-lhe administrar e gerir os negócios da Companhia, especialmente:

- l. coordenar o andamento das atividades normais da Companhia, incluindo o cumprimento das deliberações tomadas em Assembleias Gerais, em reuniões do Conselho de Administração e nas suas próprias reuniões;
- m. representar a Companhia em juízo ou fora dele, ativa e passivamente, podendo receber citações;
- n. executar os planos de negócios da Companhia aprovados pelo Conselho de Administração;
- o. assinar contratos e documentos que constituam obrigações, ativas e passivas para a Companhia, observados os requisitos deste Estatuto e as alçadas previstas na Política de Alçadas aprovada pelo Conselho de Administração;
- p. submeter, anualmente, à apreciação do Conselho de Administração o relatório da Administração, as demonstrações financeiras e as contas da Diretoria;
- q. aprovar o plano de cargos e salários e o quadro de pessoal da Companhia;
- r. aprovar operação ou conjunto de operações celebrados com partes relacionadas da Companhia que sejam de sua competência e que estejam dentro do curso normal dos negócios da Companhia, conforme definido na Política de Transações



com Partes Relacionadas da Companhia a ser aprovada pelo Conselho de Administração;

- s. ressalvadas as alçadas previstas na Política de Alçadas aprovada pelo Conselho de Administração, aprovar as matérias de sua competência, bem como as não previstas expressamente neste estatuto como de competência de outro órgão social, inclusive, mas sem se limitar, a deliberação e aprovação de aumento de capital social realizado pela Companhia em suas subsidiárias que não tenham conselho de administração instituído;
- t. participar e votar, na qualidade de representante da Companhia, nas assembleias gerais ou reuniões de sócios das sociedades das quais a Companhia seja acionista ou sócia, com exceção das matérias que competem ao Conselho de Administração;
- u. abrir e encerrar filiais, agências ou sucursais, no Brasil ou no exterior, e fixar ou alterar os endereços dessas e da sede da Companhia; e
- v. autorizar a participação da Companhia em leilões, licitações e/ou procedimentos administrativos de contratação promovidos por empresas públicas, sociedades de economia mista, sociedades estatais, ou por quaisquer outros órgãos governamentais, desde que, em qualquer caso, mediante a apresentação de ofertas não vinculante.

**Parágrafo Primeiro** – Os Diretores não poderão praticar atos fora dos limites estabelecidos neste Estatuto Social e em lei. Os Diretores devem abster-se de tomar medidas que contrariem as deliberações, instruções e normas fixadas pelo Conselho de Administração.

**Parágrafo Segundo** – As procurações a serem outorgadas pela Companhia serão sempre assinadas por 2 (dois) Diretores da Companhia, em conjunto, sendo 1 (um) dos Diretores necessariamente o Diretor Presidente ou o Diretor Financeiro e, excetuando-se as outorgadas para fins judiciais, terão sempre prazo determinado de vigência de, no máximo, 1 (um) ano.



**Artigo 20.** Compete ao Diretor Presidente, além das demais atribuições previstas neste Estatuto Social:

- h. coordenar a direção geral dos negócios da Companhia, fixar as diretrizes gerais, assim como supervisionar as operações da Companhia;
- i. zelar pelo cumprimento de todos os membros da Diretoria das diretrizes estabelecidas pela Assembleia Geral e Conselho de Administração;
- j. convocar e presidir as reuniões da Diretoria;
- k. coordenar as atividades dos demais Diretores, observadas as atribuições específicas previstas neste Estatuto Social;
- l. fazer elaborar as demonstrações financeiras;
- m. definir a repartição das competências entre os demais Diretores em relação às áreas não especificamente mencionadas neste Estatuto Social *ad referendum* do Conselho de Administração; e
- n. exercer outras funções determinadas pelo Conselho de Administração.

**Artigo 21.** Compete ao Diretor de Relações com Investidores, além das demais atribuições previstas neste Estatuto Social ou na regulamentação aplicável:

- f. coordenar, administrar, dirigir e supervisionar o trabalho de relações com investidores, bem como representar a Companhia perante acionistas, investidores, analistas de mercado, a CVM, a B3, o Banco Central do Brasil e os demais órgãos de controle e demais instituições relacionadas às atividades desenvolvidas no mercado de capitais, no Brasil e no exterior;
- g. prestar informações ao público investidor, à CVM, à B3, às demais Bolsas de Valores em que a Companhia tenha seus valores mobiliários negociados, a agências de rating, quando aplicável, e aos demais órgãos relacionados às



atividades desenvolvidas no mercado de capitais, conforme legislação aplicável, no Brasil e no exterior;

- h. manter atualizados os registros da Companhia perante a CVM e a B3;
- i. guardar os livros societários e zelar pela regularidade dos seus assentamentos;  
e
- j. exercer outras funções determinadas pelo Diretor Presidente e/ou pelo Conselho de Administração.

**Artigo 22.** Compete ao Diretor Financeiro, além das demais atribuições previstas neste Estatuto Social:

- i. planejar, coordenar, organizar, dirigir e supervisionar as atividades relativas às áreas financeira, contábil, fiscal e de planejamento e controle da Companhia;
- j. coordenar o controle e movimentação financeira da Companhia, zelando pela saúde econômica e financeira;
- k. gerenciar o orçamento, controlar despesas, implantar controles e reportar o desempenho financeiro da Companhia;
- l. supervisionar os serviços contábeis e de gestão e controle financeiro da Companhia;
- m. coordenar e dirigir as atividades relativas às operações de natureza financeira da Companhia, provendo informações financeiras e gerenciais aos demais Diretores e ao Conselho de Administração;
- n. controlar o cumprimento dos compromissos financeiros no que se refere aos requisitos legais, administrativos, orçamentários, fiscais e contratuais das operações, interagindo com os órgãos da Companhia e com as partes envolvidas;

- o. elaborar as demonstrações financeiras;
  
- p. movimentar qualquer conta bancária de titularidade da Companhia, o que inclui, sem limitação, poderes para (a) fazer transferências eletrônicas de fundos, (b) assinar cheques, (c) fazer pagamentos, (d) fazer retiradas mediante recibos, (e) fazer investimentos, (f) celebrar contratos de câmbio, (g) obter acesso para e fazer uso de sistema de *internet banking* ou qualquer sistema similar, (h) requerer e receber extratos, cartões, talões de cheque, senhas e informações similares, assinar documentos, formulários, requerimentos e instruções de transferências de recursos, e fornecer e obter quaisquer informações; e
  
- (i) exercer outras funções determinadas pelo Diretor Presidente e/ou pelo Conselho de Administração.

**Artigo 23.** Os Diretores sem designação específica terão as funções que lhe sejam atribuídas pelo Conselho de Administração, por ocasião de sua eleição, ressalvada a competência de o Diretor Presidente fixar-lhe outras atribuições não conflitantes.

### **SEÇÃO III – CONSELHO FISCAL**

**Artigo 24.** A Companhia poderá ter um Conselho Fiscal, de funcionamento não permanente, que exercerá as atribuições impostas por lei e que somente será instalado nos exercícios sociais em que assim solicitarem os acionistas, conforme previsto em lei.

**Parágrafo Primeiro** – O Conselho Fiscal será composto de 3 (três) membros efetivos e igual número de suplentes, acionistas ou não, residentes no país, sendo admitida à reeleição, em caso de reinstalação. O Conselho Fiscal da Companhia será composto, instalado e remunerado em conformidade com a legislação em vigor.

**Parágrafo Segundo** – Os membros do Conselho Fiscal serão eleitos pela Assembleia Geral que aprovar a instalação do órgão e seus mandatos terminarão sempre na Assembleia Geral

Ordinária subsequente à sua eleição.

**Parágrafo Terceiro** – Os membros do Conselho Fiscal serão substituídos, em suas faltas e impedimentos, pelo respectivo suplente. Ocorrendo a vacância do cargo de membro do Conselho Fiscal, o respectivo suplente ocupará seu lugar; não havendo suplente, a Assembleia Geral será convocada para proceder à eleição de membro para o cargo vago.

**Parágrafo Quarto** – A posse dos membros do Conselho Fiscal, efetivos e suplentes, fica condicionada à assinatura de termo de posse que deve contemplar sua sujeição à cláusula compromissória estatutária prevista no Artigo 43 abaixo.

#### **SEÇÃO IV – COMITÊ DE AUDITORIA**

**Artigo 25.** A Companhia terá instalado, de forma permanente, um Comitê de Auditoria, que será órgão de assessoramento vinculado ao Conselho de Administração. O Comitê de Auditoria é composto por, no mínimo, 3 (três) membros indicados pelo Conselho de Administração, sendo a maioria composta por membros independentes, conforme definido por regulamentação da CVM vigente e aplicável ao tema, devendo (i) ao menos 1 (um) membro ser conselheiro independente, e (ii) ao menos 1 (um) membro deve ter reconhecida experiência em assuntos de contabilidade societária, com mandato unificado de 2 (dois) anos.

**Parágrafo Primeiro** – O mesmo membro do comitê de auditoria pode acumular ambas as características referidas nos itens (i) e (ii) do *caput*.

**Parágrafo Segundo** – É vedada a participação de diretores da Companhia, de suas subsidiárias, de acionistas controladores, de sociedades coligadas ou sob controle comum, diretas ou indiretas, no Comitê de Auditoria.

**Parágrafo Terceiro** – Os membros do Comitê de Auditoria devem atender aos requisitos previstos no artigo 147 da Lei das Sociedades por Ações.

**Parágrafo Quarto** – O Comitê de Auditoria terá um coordenador, cujas atividades serão definidas no Regimento Interno do Comitê de Auditoria aprovado pelo Conselho de Administração.

**Parágrafo Quinto** – O Comitê de Auditoria deverá se reunir sempre que necessário, mas no mínimo bimestralmente, de forma que as informações contábeis sejam sempre apreciadas antes de sua divulgação.

**Parágrafo Sexto** – É vedada a participação no Comitê de Auditoria de quaisquer membros que não possuam a necessária independência para o exercício da função, em especial pela sua caracterização como acionista controlador ou pela existência de relação de subordinação com qualquer pessoa que, por força do disposto do Regulamento do Novo Mercado, esteja impedida de ocupar o cargo.

**Parágrafo Sétimo** – É permitida a reeleição dos membros do Comitê de Auditoria, desde que exerçam os seus cargos por, no máximo, 10 (dez) anos, observadas as disposições da CVM sobre o tema.

**Artigo 26.** Compete ao Comitê de Auditoria, entre outras matérias:

- g. opinar sobre a contratação e destituição dos serviços de auditoria independente, do auditor independente para a elaboração de auditoria externa independente ou para qualquer outro serviço;
- h. supervisionar as atividades dos auditores independentes, a fim de avaliar: (a) a sua independência; (b) a qualidade dos serviços prestados; e (c) a adequação dos serviços prestados às necessidades da Companhia;
- i. avaliar e monitorar a qualidade e a integridade das informações trimestrais, demonstrações intermediárias e demonstrações financeiras;
- j. acompanhar e supervisionar as atividades da auditoria interna e da área de controles internos;
- k. supervisionar as atividades da área de elaboração das demonstrações financeiras da Companhia;

l. monitorar a qualidade e a integridade: (a) dos mecanismos de controles internos; e

(b) das informações e medições divulgadas com base em dados contábeis ajustados e em dados não contábeis que acrescentem elementos não previstos na estrutura dos relatórios usuais das demonstrações financeiras;

(g) avaliar e monitorar os processos e procedimentos para identificar e endereçar as exposições de risco da Companhia, promovendo seu gerenciamento, de acordo com a Política de Gerenciamento dos Riscos e Oportunidades Empresariais da Companhia, podendo inclusive requerer informações detalhadas de políticas e procedimentos relacionados com:

(a) a remuneração da administração; (b) a utilização de ativos da Companhia; e (c) as despesas incorridas em nome da Companhia;

l. receber e tratar informações acerca do descumprimento de dispositivos legais e normativos aplicáveis à Companhia, além de regulamentos e códigos internos, inclusive estabelecer procedimentos específicos para proteção do prestador e da confidencialidade da informação;

m. avaliar, monitorar e recomendar à administração a correção ou aprimoramento das políticas internas da Companhia, incluindo a Política de Transações com Partes Relacionadas, bem como avaliar e monitorar, juntamente com a administração e a área de auditoria interna, adequação das transações com partes relacionadas realizadas pela Companhia e suas respectivas evidenciações;

n. promover patrocínio inequívoco e acompanhamento do Programa de Integridade e da gestão de riscos da Companhia; e

o. elaborar relatório anual resumido, a ser apresentado juntamente com as demonstrações financeiras, contendo a descrição de: (a) as reuniões realizadas, suas atividades, os principais assuntos discutidos, os resultados e conclusões alcançados e as recomendações feitas; e (b) quaisquer situações nas quais exista divergência significativa entre a administração da Companhia, os auditores



independentes e o Comitê de Auditoria em relação às demonstrações financeiras da Companhia.

**Parágrafo Primeiro** – O Comitê de Auditoria deverá possuir meios para recepção e tratamento de informações, inclusive sigilosas, internas e externas à Companhia, acerca do descumprimento de dispositivos legais e normativos aplicáveis à Companhia, além de regulamentos e códigos internos, com previsão de procedimentos específicos para proteção do prestador e da confidencialidade da informação.

**Parágrafo Segundo** – O Comitê de Auditoria deverá possuir autonomia operacional e dotação orçamentária, anual ou por projeto, dentro de limites aprovados pelo Conselho de Administração para conduzir ou determinar a realização de consultas, avaliações e investigações dentro do escopo de suas atividades, inclusive com a contratação e utilização de especialistas externos independentes.

**Parágrafo Terceiro** – O regimento interno do Comitê de Auditoria conterà as demais previsões de suas funções, bem como de seus procedimentos operacionais.

**Parágrafo Quarto** – A posse dos membros do Comitê de Auditoria fica condicionada à assinatura de termo de posse que deve contemplar sua sujeição à cláusula compromissória estatutária prevista no Artigo 43 abaixo.

## **SEÇÃO V – COMPLIANCE E INTEGRIDADE**

**Artigo 27.** A Companhia manterá uma área responsável pela gestão do Programa de Integridade, cujo objetivo é promover a aplicação das diretrizes, leis, regulamentos, normas e procedimentos de governança e de conformidade de forma independente.

**Parágrafo Único** - O gestor da área de Compliance, Integridade, ou denominação a ser estabelecida pela administração da Companhia, deverá ser indicado pela administração e deverá possuir: (i) autonomia e independência na condução de suas atividades, reportando-se ao Conselho de Administração diretamente, ou através do Comitê de Auditoria; (ii) acesso irrestrito a todas as informações e pessoas relevantes para o desempenho de suas atividades; (iii) recursos adequados para o desempenho eficaz das atividades da área; e (iii) proteção contra qualquer ato de retaliação ou discriminação



em razão de sua atuação, assegurando um ambiente corporativo seguro para relatar irregularidades e preocupações éticas.

## **CAPÍTULO V – REPRESENTAÇÃO DA COMPANHIA**

**Artigo 28.** Sem prejuízo do disposto neste Estatuto Social ou conforme aprovado pelo Conselho de Administração, a Companhia somente se vinculará mediante a assinatura de: (a) 2 (dois) Diretores em conjunto; ou, (b) 1 (um) Diretor em conjunto com 01 (um) procurador nomeado com poderes específicos e constituído de acordo com o Artigo 19, parágrafo segundo; ou, (c) para os casos específicos previstos na Política de Alçadas da Companhia: (i) pelas assinaturas dos aprovadores indicados na Política de Alçadas, (ii) pelas assinaturas de quaisquer 02 (dois) Diretores em conjunto (ressalvado que será necessária a assinatura do Diretor Presidente quando for necessária a sua aprovação específica) ou (iii) pela assinatura de procurador nomeado com poderes específicos e constituído de acordo com o Artigo 19, parágrafo segundo.

**Artigo 29.** Adicionalmente ao previsto no Artigo 28 acima, a Companhia poderá ser representada por um único diretor ou procurador na prática dos seguintes atos: (a) assinatura de correspondências e demais expedientes que não criem obrigações para a Companhia; (b) representação da Companhia em atividades relacionadas com o despacho aduaneiro; (c) representação da Companhia no âmbito de processos judiciais e administrativos, respeitado o disposto no Artigo 19, parágrafo segundo, em relação à outorga de procurações *ad judícia*; (d) prática de atos de simples rotina administrativa, inclusive perante órgãos governamentais, agências reguladoras, autarquias, repartições e entidades públicas, federais, estaduais ou municipais, órgãos ambientais, entidades de classes e sindicatos, Receita Federal do Brasil em todas as regiões fiscais, Instituto Nacional do Seguro Social – INSS, Fundo de Garantia por Tempo de Serviços – FGTS, Juntas Comerciais Estaduais, Serviço Notarial de Registro de Títulos e Documentos e de Pessoas Jurídicas, e outras da mesma natureza; e (e) representação da Companhia nas assembleias e reuniões de sócios e quotistas nas sociedades e entidades nas quais a Companhia detenha participação.

## **CAPÍTULO VI - EXERCÍCIO SOCIAL E DESTINAÇÃO DOS LUCROS**

**Artigo 30.** O exercício social da Companhia começa em 1º de janeiro e termina em 31 de dezembro de cada ano. Ao término de cada exercício social serão elaboradas as demonstrações financeiras previstas em lei.



**Parágrafo Primeiro** - As demonstrações financeiras da Companhia deverão ser auditadas por auditores independentes registrados na CVM, de acordo com as disposições legais aplicáveis.

**Parágrafo Segundo** - Juntamente com as demonstrações financeiras do exercício, os órgãos da administração da Companhia apresentarão à Assembleia Geral proposta sobre a destinação a ser dada ao lucro líquido, com observância do disposto neste Estatuto Social e na Lei das Sociedades por Ações.

**Parágrafo Terceiro** - Por deliberação do Conselho de Administração, a Companhia poderá (i) levantar balanços semestrais, trimestrais ou de períodos menores, e declarar dividendos ou juros sobre capital próprio dos lucros verificados em tais balanços; ou (ii) declarar dividendos ou juros sobre capital próprio intermediários, à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual.

**Parágrafo Quarto** - Os dividendos intermediários ou intercalares distribuídos poderão ser imputados ao dividendo obrigatório previsto neste Estatuto Social.

**Parágrafo Quinto** - A Companhia e os administradores deverão, pelo menos uma vez ao ano, realizar reunião pública com analistas e quaisquer outros interessados, para divulgar informações quanto à situação econômico-financeira, projetos e perspectivas da Companhia.

**Artigo 31.** Do resultado do exercício serão deduzidos, antes de qualquer participação, os eventuais prejuízos acumulados e a provisão para o imposto de renda e a contribuição social.

**Parágrafo Primeiro** - O lucro líquido do exercício, apurado após as deduções mencionadas neste artigo e o disposto na Lei das Sociedades por Ações, terá a seguinte destinação:

- viii. parcela correspondente a 5% (cinco por cento) do lucro líquido será aplicada, antes de qualquer outra destinação, para constituição da reserva legal, que não excederá a 20% (vinte por cento) do capital social da Companhia. No exercício

em que o saldo da reserva legal acrescido do montante das reservas de capital, de que trata o parágrafo 1º do artigo 182 da Lei das Sociedades por Ações, exceder 30% (trinta por cento) do capital social, não será obrigatória a destinação de parte do lucro líquido do exercício para a reserva legal;

- ix. parcela do lucro líquido do exercício remanescente pode ser destinada à formação de reserva para contingências, com a finalidade de compensar, em exercício futuro, a diminuição do lucro decorrente da perda julgada provável;
- x. parcela do lucro líquido do exercício decorrente de doações ou subvenções governamentais para investimentos pode ser destinada para a reserva de incentivos fiscais;
- xi. do saldo remanescente após as deduções e reversões mencionadas nos incisos acima, se houver, parcela correspondente a 25% (vinte e cinco por cento) será destinada ao pagamento do dividendo anual mínimo obrigatório aos acionistas, nos termos do art. 202 da Lei das Sociedades por Ações;
- xii. no exercício em que o montante do dividendo obrigatório, calculado nos termos deste Artigo 31, parágrafo primeiro, item (iv), ultrapassar a parcela realizada do lucro do exercício, por proposta dos órgãos de administração, o excesso poderá ser destinado à constituição de reserva de lucros a realizar, observado o disposto no artigo 197 da Lei das Sociedades por Ações;
- xiii. parcela ou totalidade do saldo remanescente pode, por proposta da administração, (a) ser retida para execução de orçamento de capital aprovado pela Assembleia Geral; ou (b) destinada à constituição de reserva de lucros estatutária, conforme previsto no Artigo 32; e
- xiv. o saldo remanescente do lucro líquido, se houver, será distribuído na forma que lhe for deliberada pela Assembleia Geral, consoante proposta da administração, atendidas as prescrições legais aplicáveis.

**Parágrafo Segundo** – O pagamento do dividendo obrigatório poderá ser limitado ao montante do lucro líquido realizado, nos termos da lei.



**Parágrafo Terceiro** – A Assembleia Geral pode não distribuir o dividendo obrigatório no exercício social em que os administradores informarem à Assembleia Geral Ordinária ser ele incompatível com a situação financeira da Companhia, observada a legislação aplicável.

**Artigo 32.** A Companhia manterá reservas de lucros estatutária, denominada “Reserva Especial” que tem por finalidade (a) assegurar a manutenção, o desenvolvimento e a expansão das atividades que compõem o objeto social da Companhia e/ou de suas sociedades controladas; (b) reforçar o capital de giro e a estrutura de capital da Companhia, inclusive mediante capitalização da reserva; (c) subscrever aumentos de capital das sociedades controladas à Companhia; e/ou (d) assegurar a criação de novos empreendimentos pela Companhia. O saldo desta reserva, somado aos saldos das demais reservas de lucros, excetuadas as reservas de lucros a realizar, as reservas para contingências e a reserva de incentivos fiscais, não poderá ultrapassar 100% (cem por cento) do valor do capital social.

**Artigo 33.** Por proposta da Diretoria, aprovada pelo Conselho de Administração, a Companhia poderá pagar ou creditar juros aos acionistas, a título de remuneração do capital próprio destes últimos, observada a legislação aplicável. As eventuais importâncias assim desembolsadas poderão ser imputadas ao valor do dividendo obrigatório previsto neste Estatuto Social.

**Parágrafo Primeiro** – Em caso de creditamento de juros aos acionistas no decorrer do exercício social e atribuição dos mesmos ao valor do dividendo obrigatório, será assegurado aos acionistas o pagamento de eventual saldo remanescente. Na hipótese de o valor dos dividendos ser inferior ao que lhes foi creditado, a Companhia não poderá cobrar dos acionistas o saldo excedente.

**Parágrafo Segundo** – O pagamento efetivo dos juros sobre o capital próprio, tendo ocorrido o creditamento no decorrer do exercício social, dar-se-á por deliberação do Conselho de Administração, no curso do exercício social ou no exercício seguinte.

**Artigo 34.** A Assembleia Geral poderá deliberar a capitalização de reservas de lucros ou de capital, inclusive as instituídas em balanços intermediários, observada a legislação aplicável.



**Artigo 35.** Os dividendos não recebidos ou reclamados prescreverão no prazo de 3 (três) anos, contados da data em que tenham sido postos à disposição do acionista, e reverterão em favor da Companhia.

**Artigo 36.** Nos termos do art. 194 da Lei das Sociedades por Ações, a Assembleia Geral poderá deliberar a criação de reservas específicas, indicando a sua finalidade, fixando critérios para determinar a parcela anual dos lucros líquidos que serão destinados à sua constituição e estabelecendo o seu limite máximo, bem como a alteração deste Estatuto Social para incluir a reserva deliberada.

## **CAPÍTULO VII – ALIENAÇÃO DE CONTROLE**

**Artigo 37.** A alienação direta ou indireta de controle da Companhia, tanto por meio de uma única operação, como por meio de operações sucessivas, deverá ser contratada sob a condição de que o adquirente do controle se obrigue a realizar OPA tendo por objeto as ações de emissão da Companhia de titularidade dos demais acionistas, observadas as condições e os prazos previstos na legislação e na regulamentação em vigor e no Regulamento do Novo Mercado, de forma a lhes assegurar tratamento igualitário àquele dado ao alienante.

**Parágrafo Primeiro** – Em caso de alienação indireta do controle, o adquirente deve divulgar o valor atribuído à Companhia para os efeitos do preço da OPA, bem como divulgar a demonstração justificada desse valor.

**Parágrafo Segundo** – Para os fins deste artigo, entende-se por “controle” e seus termos correlatos o poder efetivamente utilizado por acionista de dirigir as atividades sociais e orientar o funcionamento dos órgãos da Companhia, de forma direta ou indireta, de fato ou de direito, independentemente da participação acionária detida.

## **CAPÍTULO VIII – REORGANIZAÇÃO SOCIETÁRIA**

**Artigo 38.** Na hipótese de reorganização societária que envolva a transferência da base acionária da Companhia, as sociedades resultantes devem pleitear o ingresso no Novo



Mercado em até 120 (cento e vinte) dias da data da Assembleia Geral que deliberou a referida reorganização.

**Parágrafo Único** – Caso a reorganização envolva sociedades resultantes que não pretendam pleitear o ingresso no Novo Mercado, a maioria dos titulares das ações em circulação da Companhia presentes na Assembleia Geral deverão dar anuência a essa estrutura.

#### **CAPÍTULO IX – SAÍDA VOLUNTÁRIA DO NOVO MERCADO**

**Artigo 39.** Sem prejuízo do disposto no Regulamento do Novo Mercado, a saída voluntária do Novo Mercado deverá ser precedida de OPA que observe os procedimentos previstos na regulamentação editada pela CVM sobre OPA para cancelamento de registro de companhia aberta e os seguintes requisitos: (i) o preço ofertado deve ser justo, sendo possível o pedido de nova avaliação da Companhia na forma estabelecida na Lei das Sociedades por Ações; e (ii) acionistas titulares de mais de 1/3 (um terço) das ações em circulação deverão aceitar a OPA ou concordar expressamente com a saída do referido segmento sem a efetivação de alienação das ações.

**Parágrafo Único** – A saída voluntária do Novo Mercado pode ocorrer independentemente da realização de oferta pública mencionada neste artigo, na hipótese de dispensa aprovada em Assembleia Geral, nos termos do Regulamento do Novo Mercado.

#### **CAPÍTULO X – CLÁUSULA ARBITRAL**

**Artigo 40.** A Companhia, seus acionistas, administradores, membros do Conselho Fiscal, efetivos e suplentes, se houver, obrigam-se a resolver, por meio de arbitragem, perante a Câmara de Arbitragem do Mercado, na forma de seu regulamento, qualquer controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada com ou oriunda da sua condição de emissor, acionistas, administradores e membros do Conselho Fiscal, em especial, decorrentes das disposições contidas na Lei nº 6.385/76, na Lei das Sociedades por Ações, neste Estatuto Social, nas normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil e pela CVM, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral, além daquelas constantes do



Regulamento do Novo Mercado, dos demais regulamentos da B3 e do Contrato de Participação no Novo Mercado.

## **CAPÍTULO XI - DISPOSIÇÕES FINAIS**

**Artigo 41.** A Companhia observará, quando aplicável, os acordos de acionistas arquivados em sua sede, sendo expressamente vedado aos integrantes da mesa diretora da Assembleia Geral ou do Conselho de Administração acatar declaração de voto de qualquer acionista, signatário de acordo de acionistas devidamente arquivado na sede da Companhia, que for proferida em desacordo com o que tiver sido ajustado no referido acordo, sendo também expressamente vedado à Companhia aceitar e proceder à transferência ou oneração de quaisquer ações e/ou à cessão de direito de preferência à subscrição de ações e/ou de outros valores mobiliários que não respeite o previsto e regulado em acordo de acionistas arquivado na sede da Companhia.

**Artigo 42.** A Companhia dissolver-se-á e entrará em liquidação nos casos previstos em lei, cabendo à Assembleia Geral estabelecer o modo de liquidação, eleger o liquidante, ou liquidantes, e o Conselho Fiscal, caso seu funcionamento seja solicitado por acionistas que perfaçam o quórum estabelecido em lei ou na regulamentação expedida pela CVM, obedecidas as formalidades legais, fixando-lhes os poderes e a remuneração.

**Artigo 43.** A Companhia poderá indenizar e/ou manter indenidos seus administradores, conselheiros fiscais e demais funcionários que exerçam cargo ou função de gestão na Companhia e suas controladas (em conjunto ou isoladamente "Beneficiários"), nos termos e condições de contratos de indenização a serem celebrados entre a Companhia e cada um dos Beneficiários, os quais serão aprovados pelo Conselho de Administração da Companhia.

**Artigo 44.** Os casos omissos relativos à interpretação deste Estatuto Social serão regulados pela Lei das Sociedades por Ações e pelo Regulamento do Novo Mercado.

\*\*\*